

ACORDO DE DOIS ANOS GARANTE REAJUSTE NOS SALÁRIOS, PLR E DEMAIS VERBAS

**A LUTA, AGORA, É PELA MANUTENÇÃO
DO EMPREGO E DIREITOS!**

A baixa da inflação, apresentada pela mídia como algo positivo, na avaliação do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) o índice é preocupante, pois gera um quadro negativo de desalento na economia e o alto índice de desemprego.

Mesmo com esse cenário, a Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) da categoria bancária de 2017/2018 fechada na Campanha Nacional Unificada 2016, após 31 dias de greve, garantiu aumento nos salários e em todas as verbas.

A estratégia mostrou-se ainda mais acertada, diante do agravamento da política de retirada de direitos do governo Temer. Além disso, num ano em que a perspectiva de reajustes salariais é em geral muito ruim, os bancários têm garantido, a partir de 1º de setembro, reposição total da inflação mais 1% de aumento real para salários e todas as demais verbas, inclusive a PLR.

Para o presidente do Sindicato dos Bancários de Mato Grosso (Seeb/MT), Clodoaldo Barbosa, os bancários demonstraram força, mobilização e unidade. "Agora, precisamos manter o foco na defesa dos direitos, empregos e defesa dos bancos públicos", afirma.

A subseção do Dieese da Contraf-CUT calculou os valores corrigidos das verbas salariais.

Confira a tabela na página 03



**Audiência Pública alerta
para a privatização dos
Bancos Públicos**

Página 02



**Bradesco fecha PDVE, mas
o processo de demissões
continua**

Página 03



**Seeb/MT apoia campanha para
revogar reforma trabalhista**

Página 04



**Sindicato fará seminário sobre
os impactos das Reformas
Trabalhistas**

Página 04



Editorial

Neste ano com a correção no INPC acumulado mais 1% de aumento real em todos os salários e demais verbas, preservando direitos até 31 de agosto de 2018. Diante do agravamento da política de retirada de direitos pelo governo Temer, a estratégia mostrou-se ainda mais acertada.

A partir de novembro, com a aprovação da terceirização irrestrita e a reforma trabalhista, o emprego não será como antes. Não aceitaremos desrespeito a nenhum desses direitos e queremos deixar isso ainda mais acertado no termo de compromisso que foi entregue à Fenaban.

Na última rodada de negociação, avançamos um pouco mais com a inclusão de um aditivo à cláusula 62 da CCT, para trabalhadores atingidos pelo avanço tecnológico. Queremos acompanhar como realocar e requalificar esses bancários e evitar mais demissões.

O movimento sindical já está fazendo sua parte. Para o Sindicato, a nossa prioridade, além de manter o emprego e as melhores condições de trabalho é anular a Reforma Trabalhista, barrar a reforma da previdência e fazer a defesa intransigente dos bancos públicos. Estamos na luta e contamos com você! Pois, **"SÓ A LUTA TE GARANTE!"**

Clodoaldo Barbosa
Presidente do SEEB/MT

Expediente:

Informativo Bancari@smt é uma publicação da Secretária de Comunicação e Imprensa do Sindicato dos Bancários de MT.

Jornalista: **Silvia Marques**

Diagramação: **Fabiano Ribeiro Queiroz**

Rua Barão de Melgaço, 3190 - Centro Cuiabá-MT
CEP 78.020-800 - Fone/Fax: (65) 3623-5333
www.bancariosmt.com.br
bancariomt@gmail.com

Clodoaldo Barbosa
Presidência
Alex Rodrigues Teixeira
Secretaria Geral
John Gordon Ramsay
Secretaria de Finanças
José Maria Guerra
Secretaria de Patrimônio e Orçamento
Ana Lúcia Nobre Neves
Secretaria de Imprensa e Comunicação
Marcílio Silva de Lima
Secretaria de Assuntos Jurídicos
Natércio Corrêa Brito
Sec. Formação Político-Sindical, Sócioeconômica e de Pesquisa

Italina Facchini
Secretaria de Assuntos de Saúde e Condições de Trabalho
Florisvaldo Pereira de Souza
Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer
Celso Coan
Secretaria de Assuntos dos Aposentados
João Luiz Dourado
Secretaria de Assuntos Intersindicais e Sociais
Vânia Lúcia Schembek Silva
Secretaria de Assuntos da Mulher
Dorival Rigoti
Secretaria de Assuntos do Ramo Financeiro



SINDICATO OBTÉM MAIS UMA VITÓRIA NA JUSTIÇA PARA OS ASSISTENTES A DE UN DO BB

O Sindicato dos Bancários de Mato Grosso (Seeb/MT) obteve mais uma vitória na luta pelo cumprimento da jornada legal de 6 horas dos Assistentes A de UN. Desta vez, a vitória foi no Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região (TRT/MT).

De acordo com o advogado na ação, Saulo Arrais, os desembargadores, na 19ª Sessão Ordinária (18.08), mantiveram a condenação do Banco do Brasil que obriga o banco a cumprir a jornada de 6 horas diárias para todos os Assistentes A de UN (Assistente de negócios de agências), sem redução de salários.

No relatório, os desembargadores do TRT/MT reafirmaram a decisão que os Assistentes de negócios de Agências e os Assistentes A de Unidade de Negócios (Assistente A de UN) tratam-se de funções semelhantes, havendo tão somente mera diferenciação

de nomenclatura e mantiveram a condenação do BB, que deverá implantar a jornada de 6 horas, sob pena de multa, por empregado que permaneça na jornada de 8 horas diárias.

A decisão da TRT/MT confirma a posição do Sindicato em relação a jornada de trabalho dos Assistentes A de UN, entretanto, o banco insiste manter a jornada de 8 horas para os Assistentes A de UN, descumprindo decisão judicial. "O BB vem burlando a legislação trabalhista e as decisões judiciais. Esperamos que com essa decisão de 2ª instância, o BB haja com a mesma ética que cobra dos seus funcionários, respeitando e cumprindo as decisões judiciais", afirma o secretário geral do Seeb/MT e bancário do BB, Alex Rodrigues.



AUDIÊNCIA PÚBLICA ALERTA PARA A PRIVATIZAÇÃO DOS BANCOS PÚBLICOS

"Somos todos Bancos Públicos", esse foi o recado que o Sindicato dos Bancários de Mato Grosso deixou na audiência pública "Em defesa dos Bancos Públicos", realizada na Assembleia Legislativa de Mato Grosso, em Cuiabá/MT, na quinta-feira (24.08).

A audiência requerida pelo deputado estadual Valdir Barranco (PT) em parceria com o Sindicato dos Bancários, colocou em evidência o processo de desmonte dos bancos públicos desencadeado pelo Governo e o Congresso Nacional, que gradualmente, com os programas de demissões e fechamentos de agências e setores estão sucateado para privatizar de acordo com os interesses do mercado financeiro.

A coordenadora do Comitê Nacional em Defesa das Empresas Públicas, Maria Rita Serrano, destacou a importância dos bancos públicos para a economia do país e desenvolvimento de programas e políticas

sociais. Ela falou sobre as reestruturações dessas instituições financeiras públicas, a venda de ativos e do processo de terceirização e de privatização das operações, como cartões e loterias.

Destacou os resultados positivos dos programas sociais voltados para a população de menor renda - caso, por exemplo, aumento de crédito para agricultura familiar, programa de habitação popular Minha Casa Minha Vida, cujo 70% do mercado é gerido pela Caixa. Também destacou que o mercado financeiro está de olho no Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), criado, há 50 anos, para ser uma reserva de segurança para o trabalhador em caso de demissão sem justa causa, responsável pelo financiamento de infraestrutura básica das cidades e da casa própria. Leia a Matéria completa e Assista ao vídeo no site: <http://bancariosmt.com.br/leiamais.aspx?id=5521>

REAJUSTE SALARIAL É UMA VITÓRIA EM MEIO À RETIRADA DE DIREITOS

O aumento do desemprego, a crise econômica e os avanços das reformas trabalhista e da Previdência no Congresso Nacional, afetam diretamente as negociações salariais de várias categorias no país. Segundo levantamento realizado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) entre 300 categorias, 30 tiveram reajustes abaixo da inflação, para 91 foi igual ao INPC, 107 categorias conseguiram apenas 0,5% acima da inflação e 38 categorias entre 0,51% e 1% acima da inflação.

O secretário de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest), do Ministério do Planejamento, Fernando Antonio Soares, anunciou que o Governo Federal tem a meta de demitir 20 mil funcionários públicos

federais em 2017 e disse que os bancários, possivelmente serão a única categoria entre os trabalhadores de empresas públicas que terão reajuste salarial acima da inflação em decorrência da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) da categoria.

Nesse cenário, a categoria bancária é uma das poucas do país a conquistar aumento real dos salários, inclusive aos trabalhadores da Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil e demais bancos públicos. O reajuste da categoria repõe o INPC/IBGE, que foi de 1,73%, alcançando 2,75% sobre salários, vales refeição, alimentação e auxílio creche/babá.

A subseção do Dieese da Contraf-CUT calculou os valores corrigidos das verbas salariais, confira na tabela abaixo.

CLÁUSULAS ECONÔMICAS 2017

Itens da CCT	2017
INPC data-base	1,73%
Reajuste Salarial	2,75%
Reajuste Diferenciado (pisos, vales)	2,75%
PLR	2,75%
Pisos Até 90 dias	
Portaria	1.395,60
Escritório	2.000,21
Caixa e Tesoureiro	2.522,60
Pisos Após 90 dias	
Portaria	1.528,75
Escritório	2.192,88
Caixa e Tesoureiro	2.962,29
Gratificações	
Gratificação de Caixa	522,39
Outras Verbas de Caixa	247,02
Adicional por Tempo de Serviço	29,88
Gratificação de Compensador de Cheques	170,21
Auxílios	
Auxílio Refeição	33,50
Auxílio Alimentação	580,83
13º Auxílio Alimentação	580,83
Auxílio Creche / Babá (filhos até a idade de 71 meses)	446,11
Auxílio Funeral	1.004,98
Morte e Invalidez por Assalto	149.861,90
Auxílio Transporte (Noturno)	104,90
Requalificação Profissional	1.497,77
Remuneração Variável	
PLR - Regra Básica	
valor fixo	2.243,58
PLR - Parcela Adicional (teto)	4.487,16
Teto regra básica	12.035,71
Teto regra básica majorada	26.478,55
Antecipação PLR	
valor fixo	1.346,15
teto regra básica antecipação	7.221,42
teto antecipação adicional	2.243,58

APROVADA CLÁUSULA DE CRIAÇÃO DE CENTROS DE REALOCAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

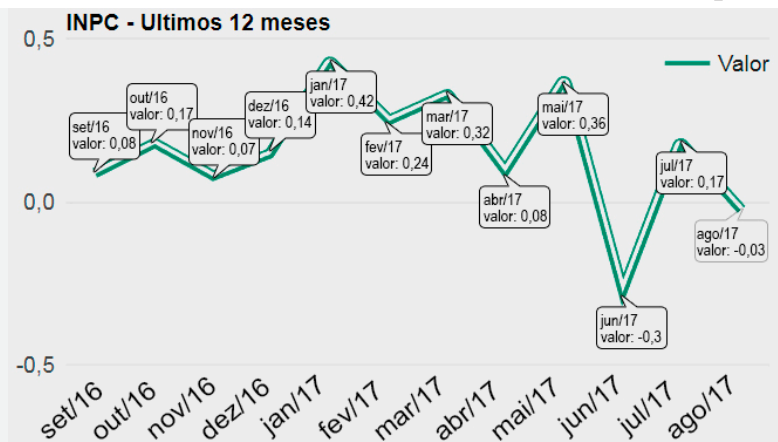
Outro avanço obtido com o acordo de 2016 foi a criação dos Centros de Realocação e Requalificação Profissional, previstos na cláusula 62 da Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria. Os bancos deverão criar estes centros para, ao invés de demitir funcionários, requalificá-los e realocá-los em outros postos de trabalho. O direito foi acrescentado na CCT da categoria nas negociações de 2016 e a redação da cláusula foi aprovada na última reunião entre o Comando Nacional dos Bancários e Federação Nacional dos Bancos (Fenaban).

Uma das prioridades dos bancários deste ano é a defesa do emprego. O Comando Nacional dos Bancários entregou à Fenaban uma proposta de Termo de Compromisso com 21 pontos para proteção de empregos, de direitos históricos e de delimitação dos atos nocivos que podem advir da nova Lei Trabalhista (Lei 13.467/2017) e da Lei de Terceirização (Lei 13.429/2017) e de outras que ainda tramitam no Congresso Nacional. A Fenaban vai discutir o termo com os bancos para dar a resposta à Contraf-CUT. Fonte: Contraf-CUT

O QUE O COMANDO COBRA DOS BANCOS ?

- Não contratação de terceirizados em atividades fim
- Negociações serão feitas exclusivamente com os sindicatos
- A Convenção Coletiva de Trabalho deve ser válida para todos os empregados das instituições financeiras, independente de faixa de escolaridade e de remuneração na qual se enquadram
- Homologações de demissões devem ser feitas nos sindicatos para que o devido pagamento dos direitos possa ser fiscalizado
- O empregador é o responsável pelas condições de saúde e segurança no ambiente de trabalho, seja ele interno ou externo
- Não a contratos de autônomos, intermitentes, temporários, a tempo parcial e a regime 12x36 - Gratificações de função ou comissões incorporadas após dez anos de recebimento

ENTENDA POR QUE O INPC FOI DE 1,73%



Fonte: www.calculador.com.br

A variação média geral de preços dos últimos 12 meses – de setembro de 2016 a agosto de 2017 – foi de 1,73% pelo INPC/IBGE. Nos 12 meses anteriores, de setembro de 2015 a agosto de 2016 o patamar era próximo de dois dígitos 9,62% pelo INPC/IBGE. Esta queda vertiginosa tem causa alguns fatores específicos. A inflação pelo INPC/IBGE atingiu 11,28%, em 2015, em decorrência da liberação dos preços administrados pelo governo, depois de serem represados durante alguns anos e pela extremidade climática que causou quebra de safras que repercutiu na alta de preços dos alimentos, pressionando nesse ano. Com os preços administrados atualizados e com os preços dos alimentos em queda, a

inflação teve baixa vertiginosa. Os aumentos atuais de combustíveis se farão sentir nos próximos meses, mas, estima-se uma inflação anual abaixo de 4%. Isto porque estamos em um quadro recessivo, com 13,5 milhões de desempregados que descomprim a demanda no mercado interno. De outro lado há o recuo dos investimentos públicos e privado. A boa safra da agricultura tem pressionado os preços dos alimentos para baixo e influenciado para queda da média geral de preços. No entanto, o componente mais decisivo para o recuo dos preços tem sido o quadro negativo de desalento na economia e o alto índice de desemprego. (Economista e supervisora técnica do Dieese em Goiás, Leila Brito)



BRADESCO FECHA PDVE, MAS O PROCESSO DE DEMISSÕES CONTINUA

SEEB/MT E FETEC-CUT/CN REALIZARÃO SEMINÁRIO SOBRE OS IMPACTOS DA REFORMA TRABALHISTA

O Seeb/MT e a Federação dos Trabalhadores em Empresas de Crédito do Centro Norte (Fetec-CUT/CN) realizam no dia 6 de outubro, um Seminário Jurídico Com o tema: "Reforma Trabalhista – Impactos e Desafios para a Classe Trabalhadora".

O encontro tem como objetivo promover o debate jurídico e político e preparar a categoria bancária e os trabalhadores para o enfrentamento de novos desafios sucedidos pela

reforma e que entrará em vigor a partir de 11 de novembro.

O seminário é aberto para toda a categoria bancária, lideranças sindicais e convidados e contará com a participação do presidente da Fetec-CUT/CN, Cleiton dos Santos, do diretor de Assuntos Jurídicos da Fetec-CUT/CN, José Avelino Barreto Neto e dos representantes dos escritórios de assessoria jurídica do Seeb/MT e Contraf-CUT. O evento será às 19h, na sede do Sindicato (Rua Barão de Melgaço, 3190).

O Bradesco não está contente com o resultado do Plano de Desligamento Voluntário Especial (PDVE), pois, já retomou a política de demissões. Só nesta semana, três demissões sem justa causa foram homologadas pelo Seeb/MT.

"O recado é claro: não haverá reposição das vagas deixadas pelos empregados que deixaram o banco. Isso só piora as condições de trabalho

dos empregados que permanecerem e afeta diretamente o atendimento à população", afirma o diretor do Sindicato e funcionário do Bradesco, José Guerra.

Na avaliação do dirigente do Sindicato com o PDVE o banco busca abrir caminho à terceirização da atividade-fim que, a partir dessa nova legislação trabalhista em vigor.



#ANULA REFORMA

SEEB/MT APOIA CAMPANHA PARA REVOGAR REFORMA TRABALHISTA

A reforma trabalhista, que acaba com uma série de garantias e direitos, passará a valer no dia 11 de novembro. A reforma proposta pelo governo Temer (PLC 38/2017) foi aprovada no Senado por 50 votos favoráveis, inclusive com os votos dos senadores de Mato Grosso, 26 contrários e uma abstenção. A matéria foi sancionada no dia 13 de julho como Lei 13.467/2017 e altera mais de 100 artigos da CLT.

A CUT iniciou no dia 7 de setembro, em todo o país, durante o Grito dos Excluídos, a coleta de assinaturas para emplacar um Projeto de Lei de Iniciativa Popular que revogue a nova legislação. O objetivo é coletar 1,3 milhão de assinaturas que serão entregues à Câmara dos Deputados. O passo seguinte será pressionar os deputados a votarem o

texto que revoga a proposta do governo Temer.

Conforme a Constituição, a sociedade pode apresentar projetos de lei ao Congresso, desde que a proposta seja assinada por um número mínimo de cidadãos, correspondendo a, pelo menos, 1% do eleitorado nacional (1,44 milhão nas eleições de 2016), distribuído por, no mínimo, cinco estados, com não menos de 0,3% de eleitores de cada um deles.

Como participar da Campanha - O Seeb/MT distribuirá o formulário ou você poderá baixar através do link no site: <http://bancariosmt.com.br/leiamais.aspx?id=5576>. Daí é só coletar assinaturas – no local de trabalho, entre a família, amigos ou no seu bairro – e entregar na sede do Sindicato ou a um dos dirigentes.



FIM DA APOSENTADORIA PRONTA PARA SER VOTADA

Dos 504 mil bancários do país, 391 mil serão atingidos pela reforma da Previdência. A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 287 volta a ameaçar a aposentadoria dos brasileiros e brasileiras. A medida do governo Temer foi aprovada em comissão especial e está pronta para ser votada no plenário da Câmara dos Deputados. O presidente da Casa e aliado de Temer, Rodrigo Maia (DEM-RJ), já avisou que quer pautar a votação com rapidez.

Mais do que nunca é necessário que

bancários e bancárias e os trabalhadores em geral pressionem os parlamentares para que votem contra esse verdadeiro desmonte da Previdência pública, que vai fazer com que os brasileiros morram sem ter o direito de se aposentar. O Sindicato orienta a mandar e-mails para os deputados avisando que se votarem a favor da PEC 287, eles nunca mais serão eleitos. No site do sindicato tem o link para a ferramenta Na pressão (napressao.org.br), acesse é fácil e rápido! Faça sua parte!

CADASTRE E RECEBA INFORMAÇÕES DO SINDICATO

Cadastre o número do SEEB na sua lista de contatos e envie uma mensagem com seu nome e banco para receber as Notícias do Sindicato! Criamos uma Lista de Transmissão, todos os destinatários receberão a mesma mensagem. A conversa é só entre você e a comunicação do Seeb/MT.

